

Inovação

Conhecimento e riqueza

Silvio Crestana*

POR MEIO da conquista do conhecimento em agricultura tropical, o Brasil alcançou a segurança alimentar e uma dinâmica de exportação de excedentes de produção. Essas conquistas deram-se porque o conhecimento gerado se traduziu em negócios, produtos e bem-estar social. O produtor evoluiu em auto-estima, deixou de ser considerado o Jeca Tatu para atuar como um verdadeiro *global player*.

Somos líderes em agricultura tropical no cenário mundial, graças ao árduo trabalho realizado em políticas públicas, construção das instituições, cooperação internacional, capacitação de profissionais e investimentos em Ciência e Tecnologia (CeT).

No entanto, o cenário multifatorial do novo ciclo da agricultura exige muito mais esforços contínuos e planejados. Precisamos desenvolver uma agricultura de alimentos, energias e fibras contempladora das dimensões do desenvolvimento sustentável, que são a econômica, a social e a ambiental.

São os investimentos em CeT que acompanharão a evolução em sua demanda. Os Estados Unidos anunciaram investimento de US\$ 1,6 bilhões para PD&I em etanol para os próximos 3 anos. Prevemos US\$ 25 milhões para a Embrapa Agroenergia, nos próximos 5 anos. Países desenvolvidos investem entre 2,5 a mais de 3% do PIB Agrícola em pesquisa, enquanto nos países em desenvolvimento isso fica entre 0,5 e 0,8%.

Para produzirmos mais e melhor, precisamos de gestão, organização e de arranjos institucionais para flexibilizar as parcerias entre o setor público e público-privado. As soluções precisam ser implementadas, uma vez que a competição interna por investi-

Demandas em Ciência e Tecnologia

- Maiores e mais complexas;
- Fronteira do conhecimento;
- Agroenergia;
- Mudanças climáticas;
- Biotecnologia;
- Nanotecnologia;
- Sanidade animal e vegetal;
- Insumos;
- Alimentos funcionais e nutraceuticos;
- Alimentos seguro;
- Rastreabilidade;
- Certificação;
- Sistemas integrados;
- Modelagem de sistemas.

Questão importante para a revitalização da Parceria Pública-Pública.

- Reestruturação física e pessoal treinado para operar adequadamente o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA);
- Os estados precisam:
 - a) Investir em suas Organizações de Pesquisa Agropecuária (Oepas);
 - b) Assumir a agenda de C&T para agregar forças e distribuir tarefas entre as instituições.

mentos é em parte devida às importantes demandas públicas em infra-estrutura a que ainda temos de atender no país.

Em 2006, foram captados R\$ 11,8 milhões, via Embrapa, em emendas parlamentares para as Oepas. Mas a idéia é que haja uma paridade de cerca de um real investido pelo estado ou município para cada real federal.

Há também a necessidade de se romper o paradigma da concentração de profissionais de CeT nas universidades e centros de pesquisa, com poucas empresas privadas investindo em Pesquisa e Desenvolvimento. Isso é hoje um dos fatores importantes que limitam a transformação de conhecimento em inovação no País.

Existe uma clara correlação entre conhecimento e riqueza na sociedade global. Nos países desenvolvidos como Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos, a maior parte dos profissionais ligados à CeT (60 a 80%) atuam no setor privado.

Uma das propostas para viabilizar esse modelo de investimento no Brasil são as empresas de propósito específico, previstas pela Lei de Inovação. Esperamos assim, alcançar uma situação em que, para cada real de investimento do setor público, haja uma contrapartida de um real do setor privado. É uma forma de permitir a fusão do conhecimento científico e tecnológico das instituições públicas de CeT com o saber negocial, de *marketing* e de distribuição de produtos e serviços que as empresas têm.

Com isso atingiremos uma base tríplice de investimentos (governo federal, governo estadual e/ou municipal e iniciativa privada) para dar sustentabilidade ao SNPA e permitir impactos mais relevantes da inovação sobre a economia do País.

Já existe no Brasil um quadro favorável à inovação, com boas oportunidades apresentadas por meio de recentes e importantes marcos regulatórios como a Lei da Inovação, a Lei de Criação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, a Lei de Biossegurança, a “Lei do Bem”, a Lei de Regulamentação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

A Embrapa não tem poupado esforços e iniciativas na busca de soluções que permitam a conversão de conhecimento em bem-estar social e ambiental, redução da pobreza e que confirmem soberania e promovam a cooperação de nosso país com a comunidade internacional. ■

* Diretor-presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa